



Esta obra possui uma Licença

Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/17735>

<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v19i32.17735>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | v. 19 | n. 31 | Jan-Jun, 2025

Submissão: 20/03/2025 | Aprovação: 20/06/2025



## PELAS RUAS, IGREJAS, BECOS E FESTAS: TRILHANDO CAMINHOS PATRIMONIAIS NA CIDADE DE BRUMADINHO/MG

*THROUGH STREETS, CHURCHES, ALLEYS, AND FESTIVITIES: MAPPING INTANGIBLE  
HERITAGE IN THE CITY OF BRUMADINHO, MINAS GERAIS*

Letícia Peixoto Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)<sup>1</sup>

Priscila Faulhaber Barbosa

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)<sup>2</sup>

**Resumo:** A análise proposta neste trabalho entende o município de Brumadinho/MG enquanto uma comunidade múltipla, onde a prática social vem como motor de novas formas de patrimonialização. Deste modo, busca uma alternativa à visão de unidade identitária de dois polos: Inhotim e o discurso voltado ao rompimento da barragem ocorrido em 2019. Nessa investigação, foi possível apreender as relações culturais por meio da patrimonialização afetiva, conceito trabalhado por Antônio Ponte (2019). Para tanto, a metodologia encontrada para reconhecer essas comunidades se deu por meio do contato e observação participante dessas manifestações culturais, conversa com lideranças locais e fontes que puderam retomar um pouco dessas histórias. Dessa forma, a memória é refletida a partir de Michael Pollak (1989; 1992) e Maurice Halbwachs (1990), enquanto processo coletivo, social e afetivo que se inventa constantemente dentro de disputas, resultando na apresentação e sistematização das redes e negociações que serpenteiam entre as manifestações culturais locais.

**Palavras-chave:** Brumadinho. Comunidades. Memória. Patrimonialização

**Abstract:** *The analysis proposed in this paper understands the municipality of Brumadinho/MG as a multiple community, where social practice is the driving force behind new forms of patrimonialization, and not as an identity unit based on two poles: Inhotim and the discourse focused on the dam collapse in 2019. In this investigation, it was possible to grasp cultural relations from and through affective patrimonialization, a concept worked on by Antônio Ponte (2019). To this end, the methodology used to recognize these communities was based on contact and participant observation of these cultural manifestations, as well as conversations with local leaders and other sources that were able to take these stories back a little. In this way, memory is reflected as a collective, social and affective process that is constantly invented within disputes, tracking the pathway suggested by Michael Pollak (1989; 1992) and Maurice Halbwachs (1990), resulting in the presentation and systematization of the networks and negotiations that wind between local cultural manifestations.*

**Keywords:** *Brumadinho. Communities. Memory. Patrimonialization*

<sup>1</sup> Mestre em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS UNIRIO/MAST. Graduada em História - Licenciatura pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. Estagiária voluntária no Centro de Memória Professora Batistina Corgozinho - CEMUD (2019). Idealizadora do projeto Museu Comunitário de Brumadinho. Atualmente supervisora de educação pelo Instituto Inhotim. e-mail: [leticiapeixotohist@gmail.com](mailto:leticiapeixotohist@gmail.com)

<sup>2</sup> Possui mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (1983) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1992) e pós doutorado em Antropologia na Universidade da Califórnia em Los Angeles (2008). Atualmente é pesquisador titular III - Museu de Astronomia e Ciências Afins, professor do corpo permanente da pós graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO, professor colaborador do PPGAS da UFAM e Editora Associada do Boletim de Ciências Humanas do Museu Goeldi. e-mail: [priscila@mast.br](mailto:priscila@mast.br)

## INTRODUÇÃO

Para compreender a multiplicidade social em Brumadinho, foi necessário entender a própria constituição histórica do município, que se apresentou de forma complexa, com a unificação de distritos que já possuíam suas vivências e referências culturais<sup>3</sup>. Ainda, a cidade possui problemáticas derivadas da ausência de uma política pública de patrimônio que valore, registre e salvasse o patrimônio local, para além das burocracias que lançam panacéias em nome de ações efetivas no estado de Minas Gerais, por meio por exemplo do ICMS Cultural, como introduzido em trabalhos anteriores (Silva, 2023). Devido a essa ausência, até o presente momento deste artigo, as atribuições constituídas na lei municipal n. 2007/2013 que visava a criação de um centro de memória com três espaços: Casa da Cultura, Arquivo Público e Museu Histórico também não foram concretizadas, isto é, de que município carece tanto, para que atue e compreenda com a múltipla comunidade local.

Ainda, há de se considerar que na década de 1950, cerca de 85,98% da população brumadinense vivia na zona rural (Oliveira, 2022) e, ainda com o processo de urbanização, até o início dos anos 1990, a taxa de crescimento urbano era 59% inferior do que a média metropolitana na qual o município se insere (Gaspar, 2005). Tal contexto faz com que a cidade de Brumadinho, ainda que pertencente ao Eixo Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, possua um caráter sociocultural típico das cidades do interior de Minas Gerais, compondo em suas manifestações culturais um forte apelo católico como abordado por Valdir de Castro Oliveira (2022):

[...] ao longo do tempo Brumadinho firmou e constituiu sua identidade cultural religiosa com base no catolicismo e um vasto ciclo de festas e de devoções religiosas que não podem ser apartadas da história e do desenvolvimento do município, como o do padroeiro da cidade de Brumadinho, São Sebastião, comemorada anualmente no dia 20 de janeiro com a participação maciça da população da cidade (Oliveira, 2022, p. 215).

Dessa forma, a metodologia encontrada para reconhecer essas comunidades construiu-se por meio do contato e observação participante dessas manifestações culturais, a partir da conversa com lideranças locais, com o intuito de demonstrar os caminhos possíveis visualizados nas interações,

---

<sup>3</sup> A cidade de Brumadinho foi emancipada em 1938 e é composta por quatro distritos somados à sede: Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba, Aranha e Conceição de Itaguá. Piedade do Paraopeba foi fundada no século XVII, com as expedições bandeirantes lideradas por Fernão Dias Paes e foi um povoado de abastecimento. Passou por várias comarcas como Nova Lima e Sabará. São José do Paraopeba – fundado São José do Salto do Paraopeba – nos séculos XVIII e XIX, fez parte de outros territórios antes de ser anexado a Brumadinho, como Ouro Preto e Itabirito. Aranha – fundado Jesus, Maria e José da Boa Vista do Aranha - chegou a pertencer a cidade de Ouro Preto, elevando-se a distrito em 1846. Em 1884, foi elevado ao status de Paróquia, ainda passou a pertencer, na década de 1920, à cidade de Itabirito. Conceição de Itaguá, ou como é conhecido popularmente, Brumado do Paraopeba, Brumado Velho ou apenas, Brumado foi o distrito que deu origem a cidade de Brumadinho, como também ao seu nome. Passou-se do distrito de Bonfim a Curato da paróquia de Piedade do Paraopeba, em 1892. A mudança de nome para Conceição de Itaguá, padroeira da região, só ocorreu em 1923 pela Lei Estadual n° 622 (Jardim; Jardim, 1982).

facilitadas pela proximidade subjetiva com o território. Nessa perspectiva, também se realizaram entrevistas semiestruturadas a partir da metodologia abordada por José Carlos Sebe Meihy (2006), em uma junção de textualização e transcrição. A textualização é a transcrição trabalhada, integrando as perguntas e estabelecendo palavras e expressões básicas que se repetem, o que fez com que as perguntas possam se variar dentro do processo investigativo, possibilitando uma abordagem menos engessada que um roteiro estabelecido de perguntas e respostas, assim como, a transcrição da entrevista já em sua fase de apresentação pública, reescrita com as devidas correções gramaticais e frases completas, apresentadas no decorrer do trabalho enquanto depoimentos.

Contudo, deve-se levar em consideração que o processo da pesquisa e condensação destes dados lidou com certas adversidades para conseguir sistematizar como se organizam as comunidades e seus patrimônios, principalmente devido à distância entre as localidades, já que o recorte territorial de uma cidade com extensão de 639 km<sup>2</sup> ocasionava concomitantemente a impossibilidade de uma análise mais aprofundada. Desse modo, na medida que iam se expandindo os conhecimentos sobre alguns patrimônios, algumas lacunas apareceram.

O presente trabalho não busca, portanto, encontrar soluções fechadas para questões aqui apresentadas, mas expandir as discussões acadêmicas que envolvem a cidade de Brumadinho/MG, principalmente após 2019. Para isto, esta investigação enfatizou a sistematização da análise de patrimônios que não possuem um espaço de narrativas sobre suas histórias ou que veem enfrentando processos de disputa. Tais percepções se realizaram, em grande medida, a partir da construção da memória dos moradores, assim, vários relatos seguiam sobre conhecimentos cotidianos que construíram essas manifestações culturais, esses patrimônios que pulsavam nas comunidades.

Muitos desses relatos, inclusive, marcadas pelo vínculo com memórias afetivas de infância, dos pais, avós, tios, amigos, vizinhos que pareciam irrelevantes para os próprios entrevistados, mas que ganhavam força à medida que a investigação ia avançando. Ao passar por esses locais, entrevistando e conversando, as festas pareciam representar muito além do seu aspecto de religiosidade, de fé, de devoção, ou, nos casos das colheitas, de seu valor econômico. Na verdade, nas regiões mais remotas da cidade, as festas foram e são vistas como exemplos de sociabilidade, onde os encontros amorosos juvenis ocorrem, onde é possível conhecer pessoas de outros locais, e, onde algumas histórias pessoais se enlaçam com a história da comunidade como a história de lideranças, festeiros, entre outros.

Esse movimento reafirma o que, para Chagas (2012), é o poder da memória, isto é, esse potencial de apropriação do poder mnemônico como ferramenta de intervenção social. Da mesma

forma, é possível apreender, a partir do que Foucault, em 1999, chamara de “reviravolta dos saberes sujeitados”, embora sepultados e hierarquizados pela política patrimonial local, os conhecimentos dessas pessoas transpareciam nas conversas com café, nas varandas, salas, cozinhas e associações em entrevistas que duraram cerca de 30 minutos a 1 hora, direcionadas principalmente sobre os patrimônios de uma determinada localidade.

Assim, a memória permeia as relações sociais, transita pelos grupos e pelas comunidades e permite elucidarmos, ao menos parcialmente, a história de determinado lugar. Para Michel Pollak (1992), os elementos constitutivos da memória se fazem tanto por aqueles acontecimentos vividos pessoalmente, quanto aqueles que ele chama de “vividos por tabela” por um grupo ou comunidade a que a pessoa sente pertencer. Do mesmo modo, Halbwachs (1990) reflete que as “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sós. (Halbwachs, 1990, p. 26). Dessa forma, é possível que haja, por meio de uma socialização política ou histórica, uma identificação com determinado passado, uma memória quase herdada de um evento e, também, patrimonializações afetivas construídas por essas memórias herdadas.

233

## O CAMINHAR DO PATRIMÔNIO DOS LUGARES E DAS RUAS

A palavra patrimônio, derivada do latim *patrimonium*, remontando à ideia da herança paterna no direito romano, assim, sua origem é vinculada à relação entre a propriedade e a comunidade doméstica<sup>4</sup> (Weber, 2015). Por outro lado, Choay (2014) expõe que a palavra monumento (antecessor do patrimônio) tem por origem etimológica a interpelação entre a materialidade e a memória, isto é, “qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações, pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (p. 17). Assim, o monumento é, em certo sentido, uma mediação mnemônica do indivíduo ou grupo com o suporte material representativo, em outras palavras, é aquilo que evoca a recordação, uma condição de testemunho de uma (ou da) história.

---

<sup>4</sup> A comunidade doméstica para Weber (2015) é a relação social estabelecida entre familiares e entre as famílias distintas, como no caso das comunidades de vizinhança. Essa sociabilidade se mantém sob os fundamentos da piedade e autoridade, isto é, sob os aspectos de uma fraternidade solidária para com o outro e um respeito pela autoridade declarada (seja o pai, o ancião, o mais velho ou o mais experiente).

Tal questão se faz importante de ser levantada porque a concepção de patrimônio é mutável, tal qual os signos e símbolos dessas comunidades. Essa mudança também ocasiona o que se passa a considerar ou não patrimônio, já que “quando falamos de nossa casa, de nossa cidade ou de nosso bairro, de fotografias de nossos avós, de pratos ou vinhos consumidos ontem à noite, de canções que cantarolamos, da igreja paroquial vizinha, etc., não pensamos que isto se trata de um patrimônio” (Varine, 2012, p. 83).

Dessa forma, os vários significados do patrimônio não se excluem, mas se complementam. Em contínuo, a Portaria n. 375 de 19 de setembro de 2018, publicada pelo IPHAN, trata da política do patrimônio cultural material (PPCM), em que um dos princípios<sup>5</sup>, conhecido como indissociabilidade, aponta que “não deve haver separação entre os bens culturais materiais e as comunidades que os têm como referência” (Iphan, 2018, p. 2).

Assim, baseou-se em exemplos e processos de patrimonialização, como o caso do Bairro Padre Cruz, o maior bairro social da península Ibérica em que a própria comunidade local insistia em manter a galeria ao ar livre de grafites, como também, a Associação Renovar e Mouraria, em 2008, que produzia visitas guiadas pelos residentes pelas ruas do bairro, apresentando os patrimônios a partir da perspectiva local (Cadavez, 2019). Ainda, também se inspirando no Museu das Remoções no Rio de Janeiro, composto pelos moradores e antigos moradores da Vila Autódromo que vem sofrendo um desmantelamento e gentrificação do território, fazem dos restos de suas casas, o patrimônio musealizado (Brulon, 2021).

Em um balanço prévio, foram encontradas ao menos 75 comunidades entre povoados e vilarejos na extensão territorial de 639 km<sup>2</sup> do município, mas, evidentemente, há de se limitar, pela dimensão e período da pesquisa, a sistematização histórica, cultural e patrimonial de todas elas, mas, busca, por outro lado, evidenciar suas existências, enquanto uma forma de acessar a memória do que Spivak (2010) denomina subalterno, isto é, “[...] camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (p.12).

Nesse sentido, foi percebido a partir dos relatos nas regiões estudadas, comunidades familiares entre descendentes de famílias fazendeiras, migrantes de outras cidades ou estados, descendentes de ex escravizados, em que, em uma mesma comunidade estabelecem relações sociais distintas, isso

---

<sup>5</sup> Além desse princípio, outros regem as ações voltadas para a PPCM como, humanização, ressignificação, responsabilidade compartilhada, colaboração, participação ativa, atuação em rede, desenvolvimento sustentável, integração, direito à cidade, acesso equitativo, precaução, prevenção, reparação, respeito às diversidades locais e regionais, transversalidade, direito à informação, direito ao controle social (Iphan, 2018).

porque, “quando não é o nome das famílias detentoras das terras que batiza o povoado, é o nome de um acidente natural que o faz. O nome do povoado é, quase invariavelmente, derivado do modo pelo qual a área em torno é conhecida” (Jardim; Jardim, 1982, p. 77).

Alguns casos podem ser exemplificados, como o distrito de Aranha, que recebera esse nome em homenagem ao fazendeiro local José de Cerqueira Aranha (Jardim; Jardim, 1982), também é o caso da comunidade de Suzana, acredita-se que, o nome recebido deriva da senhora fazendeira que detinha muitas terras na região<sup>6</sup>. Outros nomes, contudo, vêm sob forte influência da construção do Ramal do Paraopeba na região, como foi o povoado de Melo Franco que recebeu, em 1918, o nome do Ministro da Viação da época Afrânio de Melo Franco, com a inauguração de sua estação ferroviária homônima (Jardim; Jardim, 1982). A comunidade de Coronel Eurico segue o mesmo exemplo, a antiga estação conhecida como Tocás acabou recebendo o nome do diretor da empresa Central do Brasil, Coronel Eurico Souza Gomes, passando a ser o nome, também, do povoado (*Ibidem*).

Figura 01 – Estação Ferroviária de Melo Franco.



Fonte: Memorial de Brumadinho<sup>7</sup>.

Figura 02 – Estação Ferroviária de Coronel Eurico.



Fonte: Memorial de Brumadinho.

A antiga vila de operários de Souza Noschese também recebeu esse nome graças à empresa paulista que detinha o direito a jazida de minério local, que construiu a vila para os funcionários, próxima à divisa entre Brumadinho e o município vizinho São Joaquim de Bicas. Contudo, com o

<sup>6</sup> Ver mais em: CINEAR PRODUÇÕES. Brumadinho -MG Suzana. Publicado em 21/06/2023. 13m12s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dInNFZIVXkc&list=RDCMUC-I0PPSBc\\_Mt5zZNIjY0gbA&index=3&ab\\_channel=CinearProdu%C3%A7%C3%B5es](https://www.youtube.com/watch?v=dInNFZIVXkc&list=RDCMUC-I0PPSBc_Mt5zZNIjY0gbA&index=3&ab_channel=CinearProdu%C3%A7%C3%B5es). Acessado em: jan. de 2024.

<sup>7</sup> Memorial de Brumadinho. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=602946804235157&set=pcb.1742733992589007>. Acessado em: out. de 2023.

aumento da exploração do minério de ferro na região, a antiga vila deu lugar ao Terminal de Cargas Serra Azul, e à parada de trem, inutilizada. Além disso, de acordo com Oliveira (2022), essa mesma empresa também tinha o objetivo de construir uma usina alto-forno no município, em outra região da cidade, entretanto, na década de 1930, com a dificuldade política e econômica, o projeto não foi concluído e, apesar disso, o local ficaria conhecido como Usina, nomeando a cachoeira da região.

Figura 03 – Estação Ferroviária de Souza Noschese.



Fonte: Estações Ferroviárias<sup>8</sup>.

Figura 04 – Cachoeira da Usina.



Fonte: Guia de Brumadinho<sup>9</sup>.

236

A comunidade de Monte Cristo, conhecida anteriormente como Córrego do Barro, possuía esse nome por conta do barro que dizem ser, em outros tempos, para a produção de tijolos e telhas. O nome corresponde ao significado da região vizinha, Tejuco. Este último, era conhecido, anteriormente, como Mercês dos Três Irmãos, por conta da serra e da santa, mas já vinha sendo chamado de Tejuco, acredita-se também, pelos mesmos motivos, que acabou se tornando o nome do local.

Na sede, a história parece fixada nas ruas, vielas e becos. Nomes de rua como de Zacarias Roque, líder sindicalista dos trabalhadores de mineradora em Brumadinho (Oliveira, 2022), Maestro Geraldo Cordeiro dos Santos, da Banda São Sebastião que hoje é regida por seu neto e Maria Sapatinha, nascida em Marinhos, conhecida no bairro central Canto do Rio, contam que Dona Maria recebera esse apelido por ser casada com um sapateiro conhecido do bairro (Silva, 2021). Tais exemplos corroboram com a reflexão de Elias e Scotson (2000), onde:

as pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_paraopeba/souza.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_paraopeba/souza.htm). Acessado em: jan. de 2024.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.guiabrumadinho.com/CachoeiradaUsina>. Acessado em jan. de 2024.

estabelecem relações quando ‘moram juntas num mesmo lugar’, quando constroem seus lares num mesmo local (p. 131).

Nomes de ruas, avenidas, distritos, povoados e comunidades nem sempre refletem os referenciais culturais daquelas comunidades. Interessante pensar, inclusive, que muitas vezes as comunidades locais constroem patrimônios que se distanciam de suas denominações voltadas à mineração e aos sujeitos políticos e econômicos. Assim, dentro dessa perspectiva, a sistematização contou com dois quadros distintos, um referindo-se aos patrimônios imateriais, associados principalmente às manifestações culturais do município, como também, um segundo quadro, este, relacionando-se aos patrimônios materiais da cidade.

## PERCORRENDO O TRAJETO DOS PATRIMÔNIOS MATERIAIS

As escolhas quanto à sistematização partem, em especial, por compreender o patrimônio a partir da apropriação das coletividades locais, visando novas formas do patrimonializar, da valoração das coisas. Para Antônio Pontes (2019), a patrimonialização é um processo complexo com teias relacionais amplas. Em Brumadinho, manifestações culturais de diferentes origens e formas, estabelecem redes de cooperação entre si, organizam-se entre membros de uma mesma família ou de famílias distintas que se interligam na gestão patrimonial desses bens culturais, assim, as comunidades brumadinhenses, diferente da posição passiva de receptoras apresentadas até então, passam a serem vistas em seus papéis ativos na conservação e preservação desses patrimônios.

Dessa forma, a sistematização desses patrimônios locais foi realizada se aproximando do processo descrito por Antônio Ponte (2019) onde há, em um primeiro momento, o reconhecimento do patrimônio pelas comunidades locais e, posteriormente, sendo transposto para planos de divulgação, que neste caso, se faz a partir da escrita deste artigo. Assim, apresentam-se abaixo os patrimônios materiais encontrados por esta pesquisa:

Quadro 01. Sistematização de patrimônios materiais não institucionalizados.

| COMUNIDADE     | DISTRITO              | PATRIMÔNIO MATERIAL                   |
|----------------|-----------------------|---------------------------------------|
| Alberto Flores | Sede                  | Estação Ferroviária de Alberto Flores |
| Almorreimas    | Sede                  | Capela da Ponte dos Almorreiras       |
| Casinhas       | São José do Paraopeba | Igreja Nossa Senhora de Fátima        |
| Conquistinha   | Conceição de Itaguá   | Mirante da Conquistinha               |
| Coronel Eurico | Aranha                | Estação Ferroviária de Coronel Eurico |
| Eixo Quebrado  | Sede                  | Capela de Nossa Senhora Aparecida     |

|                      |                       |  |
|----------------------|-----------------------|--|
| Massangano           | São José do Paraopeba | Cruzeiro de Massangano                       |
| Marinhos             | São José do Paraopeba | Cruzeiro de Nossa Senhora da Conceição       |
| Samambaia            | Piedade do Paraopeba  | Grota de São João                            |
| Taquaraçu            | São José do Paraopeba | Ruínas da Capela de Taquaraçu                |
| Tocas                | Sede                  | Cachoeira da Toca / Bar do Beto              |
| Tejuco               | Sede                  | Cruzeiro do Tejuco (Nossa Senhora da Mercês) |
| Tejuco               | Sede                  | Casa de Maria Solano Diniz                   |
| Aranha               | Aranha                | Venda dos Turcos                             |
| Conceição de Itaguá  | Conceição de Itaguá   | Cruzeiro do Brumado                          |
| Conceição de Itaguá  | Conceição de Itaguá   | Igreja de Nossa Senhora da Conceição         |
| Piedade do Paraopeba | Piedade do Paraopeba  | Chafariz Paciência                           |

Ainda que sejam classificados enquanto patrimônios materiais, é preciso levar em consideração que todo bem cultural que possui como ponto principal, sua dimensão material, só o faz e só o é devido, também, a sua dimensão simbólica, isto é, sua importância e afetividade atribuída pela comunidade. Nesse sentido, é possível exemplificar tal reflexão a partir da história escutada sobre o Cruzeiro do Tejuco. A partir da escuta de moradores conta-se que, quando a seca apertava e demorava a chover, uma benzedeira antiga do povoado chamada Carolina<sup>10</sup>, pedia às crianças que fossem buscar água na biquinha, e, então, após algumas rezas e orações, levava a água até o cruzeiro e molhava as pedras ao seu redor, a chuva não vinha rapidamente, mas sempre chegava ao povoado em um ou dois dias.

238

Neste caso, pouco importa a veracidade da história, se de fato a benzedeira podia mesmo trazer a chuva novamente, mas sim, os signos que envolvem o cruzeiro, a dimensão simbólica que estabelece sua importância para a comunidade. Neste mesmo Cruzeiro, no alto do morro, se realizava a Festa de Santa Cruz. No dia 3 de maio, os devotos capinavam o caminho até lá, rezavam o terço e soltavam fogos de artifício. Essa festa apresentava um caráter mais fechado dentro da comunidade. Assim, cabe dizer que “quando a comunidade os vive, os sente, os conhece, vamos perspectivar uma nova forma de patrimonialização. Uma patrimonialização afetiva que garantirá uma mais efetiva salvaguarda e valorização” (Ponte, 2019, p. 49).

O mesmo ocorre com o Chafariz Paciência, este presente no distrito de Piedade do Paraopeba. Ao realizar um trabalho de campo, o pesquisador constrói alguns pressupostos que guiam sua

<sup>10</sup> Apesar de não termos outros registros sobre a vida de Carolina, sabemos que era uma das descendentes de escravizados da região e que um de seus filhos, Pedro Miguel, foi homenageado com nome de rua no povoado do Tejuco. Mestre de obras, ajudou a comunidade religiosa a reformar a igreja e foi responsável por várias construções no local.

pesquisa, e, evidentemente, já se espera de antemão encontrar algumas respostas às perguntas realizadas. Porém, ao se deparar com a realidade é possível encontrar outros caminhos inesperados, que foi o que ocorreu ao visitar a comunidade a fim de conhecer mais sobre o Jubileu de Nossa Senhora da Piedade.

Figura 03 – Cruzeiro do Tejuco.



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

239

No primeiro momento da pesquisa, buscava-se encontrar as informações sobre o histórico, a cosmovisão, os métodos que organizam a festividade religiosa. Porém, outros pontos foram sendo evidenciados pelos sujeitos locais, um deles aparecia frequentemente nas conversas, um patrimônio que até então parecia ali, tímido, escondido, mas que fazia parte de todos os relatos: a paciência.

Figura 04 – Chafariz Paciência – Piedade do Paraopeba.



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

Paciência é um substantivo feminino, transpassa a virtude do ser humano de espera, da capacidade de não desistir, nome propício à biquinha que servia água para toda a comunidade. Nos

dizeres da depoente Marla<sup>11</sup> “desde às 6 horas da manhã, a Paciência já estava cheia de gente com lata d’água. [...] Era muita gente que vinha ‘pra’ apanhar água numa biquinha, era um cano que saia água, demorava, todo mundo conversando, ‘eu cheguei primeiro que você, deixa eu apanhar primeiro’”.

Em dias de Jubileu, a paciência dos fiéis tinha que ser redobrada pelo número de pessoas que vinham à comunidade participar da festa. Regina e Eduardo<sup>12</sup>, casal morador da comunidade contam que a construção do Chafariz foi realizada posteriormente, em meados da década de 1980 por outro morador que realiza trabalhos de construção civil na região, a ideia era encanar com uma mangueira para que a biquinha ficasse “mais bonita”, contudo, devido à falta de manutenção do espaço, a Paciência acabou secando, para Regina “Se as autoridades tivessem observado direitinho, talvez não tivesse deixado nem estragar demais né? Porque tem muita coisa que quando cuida fica muitos anos né, aí foi ruindo, foi estragando, os que eram donos foram, os mais velhos foram falecendo, os mais novos já não vieram interessar como os mais velhos”.

Interessante observar que, para os mais novos não há tanto interesse porque aquela tradição da biquinha d’água fazia parte, também, da vida comunitária, esse conflito geracional dimensiona a perspectiva de que os valores e interesses da coletividade não são fixos, imutáveis, mas “[...] estão associados a práticas sociais concretas e são construídos e vividos no interior da vida social, com seus conflitos, contradições, consensos e hierarquias” (Velo, 2006, p. 440). Nesse sentido, os processos identitários não se constroem de forma igualitária para todos de uma mesma localidade, isso porque:

uma vez que a identidade muda segundo como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (Hall, 2006, p. 21).

Dessa forma, o depoimento apresentado aponta a necessidade de uma patrimonialização que vise diferentes gerações, já que, só se pode proteger, salvaguardar e preservar aquilo que se conhece, se não há, efetivamente, um trabalho de reconhecimento desses patrimônios, como outras gerações poderão conhecê-lo? Evidentemente, tais questões esbarram na dificuldade do não dito, isto é, “[...] muitos elementos do patrimônio não são considerados como tal por seus detentores ou pela comunidade” (Varine, 2012, p. 66), o que neste caso se faz, principalmente, pelas gerações mais novas que desconhecem essas histórias.

<sup>11</sup> Os nomes que constam neste capítulo em diante são fictícios por questões de respeito à privacidade dos depoentes em consonância com a Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012.

<sup>12</sup> Nomes fictícios

Outra dificuldade que apreende o processo de inventário dos recursos patrimoniais é o direito à propriedade privada (Varine, 2012). Durante a pesquisa em Piedade do Paraopeba, muitos moradores contaram que várias casas foram sendo demolidas ou reformadas, o que as fizeram perder as características originais que possuíam. Ademais, retornando ao povoado do Tejuco, uma das casas, que ainda mantêm as características originais, pertenceu à professora Maria Solano Meneses Diniz, que dá nome a escola local. Dito isto, uma dúvida interveio ao conversar com o morador dessa casa, filho da professora, perguntei se ele já havia recebido propostas para o tombamento do lugar, se tinha interesse que a casa se tornasse um patrimônio local contudo, a resposta atravessada do morador/filho argumentava que patrimonializar a casa retiraria sua privacidade, que por um lado era bom, o reconhecimento, mas que teria que cumprir normas estabelecidas nos tratos do patrimônio material, ainda que fosse uma propriedade privada.

Figura 05 – Casa de Maria Solano Meneses Diniz – Tejuco.



Figura 05 – Casa de Maria Solano Meneses Diniz – Tejuco.

Situação similar ocorre também no distrito de Aranha, onde há a Venda dos Turcos. De acordo com Oliveira (2022) no início do século XX, uma família libanesa se instalou na comunidade, ainda que libanesa, ficaram conhecidos como turcos, porque ambos as nacionalidades, naquele período, pertenciam ao Império Otomano. Comerciantes chefiados pelo patriarca Alfredo Turco, a família Ourives construiu a vendinha simpática que atravessa uma das ruas principais da comunidade.

É possível dimensionar assim, o potencial de vários patrimônios materiais para além daqueles institucionalizados, que complementam e representam a vida social dessas comunidades. Evidentemente, não foi possível complementar a história de todos os patrimônios listados, como já alertado anteriormente. Mas as amostras relatadas apresentam uma relação muito similar com seus patrimônios entre comunidades diferentes: vendas de comércio, estações ferroviárias, igrejas, capelas,

cruzeiros se mesclam às histórias dos distritos de Conceição de Itaguá, Aranha, Piedade do Paraopeba e São José do Paraopeba.

Figura 06 – Venda dos Turcos – Aranha.



Fonte: Memorial de Brumadinho<sup>13</sup>.

Se o patrimônio material é composto, também, pelo seu simbolismo, tais questões evidenciam a importância de visualizar os significados que compõe a patrimonialidade, isso significa que, a relação patrimônio-patrimonialização-patrimonialidade estão calcadas nos sentidos atribuídos, sentidos estes que estão longe de uma posição neutra e universal, mas são construídos e desconstruídos diariamente nas relações de poder responsáveis pela produção de identidades, memórias e em última instância, pela própria cultura.

Dessa forma, a inversão dessa hierarquia do saber a partir de estratégias de autoconhecimento comunitário se faz importante por criar pontes relacionais entre os conceitos e a prática, compreendendo estes processos tanto por seu semblante institucional como por sua característica (possível) de uma patrimonialização afetiva (Ponte, 2019). Neste caso, se o patrimônio material é dotado de signo, o patrimônio imaterial também possui seus suportes materiais que o fazem.

## SEGUINDO OS PASSOS DOS PATRIMÔNIOS IMATERIAIS

Não obstante, no início dos anos 2000<sup>14</sup> uma revisão do Código de Ética para Museus estipula a cooperação com as comunidades das quais provêm os acervos, como também, as comunidades que acessam este acervo. Tais documentos institucionais comprovam que houve uma mudança de

<sup>13</sup> Memorial de Brumadinho. Publicado em 9/06/2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=2005202372957491&set=gm.1351990231663387>. Acessado em: jan. de 2024.

<sup>14</sup> As alterações foram efetivadas no documento original de 1986 pela 20ª Assembleia Geral em Barcelona, organizada pelo ICOM (sigla) em 2001 e na 21ª Assembleia Geral em Seul, em 2004.

paradigma quanto à musealização/patrimonialização dos bens culturais. A termos nacionais, a publicação do Decreto-Lei n. 3.551/2000 que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro” (Brasil, 2000) ampliou o olhar quanto a patrimonialização no país, entretanto, vale ressaltar que o status de registro que reconhece as manifestações culturais ainda possui dificuldades de ser protegido, marcas deixadas pela política de “pedra e cal” (Fonseca, 2009), herdada da década de 1930.

Desse modo, o século XXI trouxe consigo novas discussões e novas perspectivas quanto a musealização/patrimonialização, possibilitando uma expansão da cultura material ao enfatizar seu aspecto intangível, que até então, possuía pouca importância nas políticas públicas patrimoniais. Em 2003, a UNESCO publica a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial constituindo um marco institucional para a proteção das manifestações culturais. A carta magna brasileira, apresenta a constituição do patrimônio brasileiro em seu artigo 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, p. 126).

Desse modo, seguindo os parâmetros instituídos pela Constituição Federal, é possível compreender a relevância dessa mudança de perspectiva, já que, entre 1937 com o surgimento do Sphan (atual Iphan) até os anos 2000, quando há uma legitimação do patrimônio imaterial pelo Decreto 3.551, são 63 anos de diferença, o que demonstra que tais ações ainda parecem engatinhar nos termos de proteção dos patrimônios imateriais, isso porque,

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial dá ao Estado a possibilidade de atuar na área do patrimônio cultural a um custo menor que o envolvido em zelar pelos bens culturais físicos. O registro de um bem imaterial o insere num inventário de bens prestigiosos, que equivale quase a uma Legião de Honra. Isso significa um reconhecimento que, muitas vezes, é extremamente importante para os agentes envolvidos em disputas simbólicas (Oliveira, 2009, p.82).

Compreendendo esse campo de disputa simbólica, cabe evidenciar a sistematização dos patrimônios imateriais que ainda não constam nas documentações oficiais, o que não faz com que não consideremos as guardas de Congo e Moçambique, as corporações musicais, os grupos de dança afro e quadrilha que já constam como patrimônio institucionalizado, contudo, se faz necessário não

só o resgate destes já reconhecidos mas pouco trabalhados dentro das políticas do município, como, também, ampliar outros patrimônios imateriais que se apresentam nas comunidades.

A seleção dos patrimônios imateriais compostos por esse quadro seguiu alguns parâmetros da Portaria n. 200, de 18 de maio de 2016, publicada pelo Iphan a fim de instituir o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e seus princípios, diretrizes, processos e ações. Nesse sentido, cabe ressaltar o art. 5º, inciso III onde o documento aponta a contemplação da diversidade e da heterogeneidade, priorizando grupos e regiões menos atendidas pela ação institucional.

Quadro 02. Patrimônios Imateriais passíveis de Inventário.

| COMUNIDADE              | DISTRITO              | MANIFESTAÇÕES CULTURAIS                       |
|-------------------------|-----------------------|---|
| Suzana                  | Piedade do Paraopeba  | Festa do Milho                                |
| Córrego do Feijão       | Piedade do Paraopeba  | Festa do Feijão                               |
| Aranha                  | Aranha                | Festa da Jabuticaba                           |
| Coronel Eurico          | Aranha                | Festa do Leite                                |
| Córrego de Almas        | Aranha                | Festival da Cachaça                           |
| Melo Franco             | Aranha                | Festival da Mexerica                          |
| Conceição de Itaguá     | Conceição de Itaguá   | Festa do Bacon                                |
| Conceição de Itaguá     | Conceição de Itaguá   | Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição |
| Tejuco                  | Sede                  | Jubileu de Nossa Senhora da Mercês            |
| Centro                  | Sede                  | Festa de São Sebastião                        |
| São José do Paraopeba   | São José do Paraopeba | Festa de São José                             |
| Quilombo do Sapé        | São José do Paraopeba | Grupo Sorriso Negro                           |
| Santa Efigênia (Bairro) | Sede                  | Bloco Cai do Morro                            |
| Santa Efigênia (Bairro) | sede                  | Bloco Sociedade Alternativa                   |
| Centro                  | Sede                  | Bloco Banda São Sebastião                     |
| Bela Vista (Bairro)     | Sede                  | Bloco Quarando a Madrugada                    |
| Jota (Bairro)           | Sede                  | Bloco Cantoras do Rádio                       |
| Centro                  | Sede                  | Bloco Ex Presidiários                         |
| Canto do Rio (Bairro)   | Sede                  | Canto do Rio Futebol Clube                    |
| Centro                  | Sede                  | Brumadinho Futebol Clube                      |

Mas, assim como ocorreu na pesquisa de patrimônio material, trajetórias diferentes influenciaram as investigações. Em primeiro momento, esperava-se a história dos blocos de rua, característica que ainda existe, mesmo fragilizada, na cidade. Contudo, à medida que a pesquisa

avançou, descobriu-se que a cidade viu o carnaval surgir com as famosas e antigas escolas de samba locais, das quais foram citadas a Unidos do Progresso, Cai Cai do Morro, Unidos do Itaguá e o Regional 2001 (uma escola-bloco ou bloco-escola) que desciam a Avenida Quintino Bocaiuva, conhecida popularmente como morro do querosene.

Apensar, porém, do pouco conhecimento histórico dessas escolas de samba, o que se sabe é que com a falta de incentivo financeiro, às escolas foram sendo substituídas pelos blocos carnavalescos em um hiato ocorrido durante a década de 1990. Entre a década de 1990 e início dos anos 2000, foi criado o Movimento dos Integrantes de Blocos e Escolas de Samba de Brumadinho (MIBES-BRUM). A associação buscava unificar os blocos locais em busca de maiores incentivos na realização do carnaval, membros do Sociedade Alternativa, Quarando a Madrugada e Ex presidiários se juntaram a fim de resgatar o carnaval de rua da cidade.

Figura 07 – Movimento dos Integrantes de Blocos e Escolas de Samba de Brumadinho.



Fonte: Bloco Sociedade Alternativa.

As histórias desses blocos se conectam entre solidariedade e rivalidades saudáveis, tanto no caso da Sociedade Alternativa quanto de ex-presidiários, também expõem um lado de crítica social enrustida em seus nomes. O Bloco Sociedade Alternativa foi um dos primeiros a retornarem após o hiato das escolas de samba de carnaval, foi o responsável, também, por unificar os integrantes de antigas escolas e blocos para a formação do MIBES-BRUM. Em 2002, o fundador do bloco resolveu pegar emprestado os instrumentos da Secretaria de Esportes, Lazer e Eventos e descer a Avenida. Em relato, Raul<sup>15</sup> nos conta que:

<sup>15</sup> Nome fictício

Quando foi à noite, aquela quantidade de instrumentos lá, quando foi chegando 18 horas, meu compadre falou ‘tô pensando numa coisa aqui, vai aparecer ninguém, ninguém foi avisado’, eu falei: ‘Vai. Faz o seguinte, pega os instrumentos e coloca aqui em frente de casa e deixa a criançada fazer bagunça, bater de qualquer jeito’. Aí ele fez isso. Aí quando a meninada começou a bater, ‘ah mas vai desafinar’, nós ‘afina’ de novo. Os jovens começaram a chegar e perguntar ‘vai ter carnaval, vai ser um bloco?’ Vai. Como é que é, tem camisa? Tem camisa não, vamos descer de qualquer jeito, só fazendo barulho. Rapaz, 18:30 ‘tava’ assim de rapaz e criança, aí começou a chegar as mulheres, e aí vai ter camisa? Vai ter camisa não, se quiser improvisar a sua fantasia da forma que você quiser, é só pra gente mostrar que o carnaval tá de pé, e nosso objetivo é resgatar, e trazer o carnaval de volta, dinheiro ninguém tinha (Depoimento Raul, 2024).

Em 2003, os dirigentes do bloco procuram comerciantes locais a fim de conseguirem financiar os abadá daquele ano. A primeira concentração foi na rua Angico, atrás da escola (na época estadual) Padre Machado, onde eram realizados os ensaios e confecções de fantasias. Conseguindo o apoio financeiro necessário, o bloco teve seu primeiro abadá simples, branco, com o brasão criado “Bloco de Samba Rock Sociedade Alternativa”.

Figura 08 – Primeiro abadá Bloco Sociedade Alternativa.



Fonte: Bloco Sociedade Alternativa.

Figura 09 – Abadá Sociedade Alternativa 2023 – homenagem a Brumadinho.



Foto: Letícia Peixoto Silva, 2023.

246

A distância entre a primeira e a segunda figura é de 20 anos, o último abadá representa ao fundo o pico dos três irmãos, com a linha férrea, o trem, aspectos cruciais do patrimônio da cidade. O interesse patrimonial aqui não parte de uma questão histórica, de longevidade, de vínculo com o passado, mas das conexões com a atualidade, as interpelações que fomentam esse patrimônio imaterial, não obstante, o abadá é um suporte material dessa manifestação cultural, apresenta e representa interesses, disputas e narrativas que permeiam o bloco.

Assim também ocorre com o bloco Ex Presidiários que surge a fim de contestar uma prisão injusta de um dos amigos dos fundadores, durante o período da ditadura civil militar no país, a ideia

parte como uma crítica à repressão, mantendo sempre o abadá listrado em preto e branco, imagem associada aos presidiários em desenhos animados, filmes e outras produções áudio-visuais, o bloco se concentrava na Rua Governador Valadares, propositadamente ou não, próximo ao Fórum da Comarca de Brumadinho e, mais tarde, passou a se concentrar na Rua Pau Brasil, em frente ao tradicional Bar do Miguelito.

A Construção da Avenida Vigilato Rodrigues Braga, hoje a principal da cidade, permitiu um desfile mais seguro para quem assistisse, já que, havia o costume de assistir em cima da linha férrea, do centro da cidade, o que ocasionava muitos acidentes. Nesse ínterim, outros blocos coirmãos iam surgindo a partir da colaboração dos blocos mais antigos: Bloco da Banda São Sebastião, Swing do Bicho, Bloco dos Play, Cala a Boca e me beija, Bloco dos Vip, dentre outros. Contudo, com a mudança de gestões municipais, o carnaval foi sendo redirecionado para praças de eventos e estacionamentos da cidade, retornou a Avenida em 2017 com o retorno, também, do bloco tradicional Cai Cai do Morro, mas<sup>16</sup>, em 2019 após o rompimento da barragem e nos anos seguintes devido à pandemia da Covid-19, novamente os blocos de carnaval locais passaram por uma defasagem.

247

Figura 10 – Programação Carnaval 2017.



Fonte: Prefeitura de Brumadinho, 2017.

Figura 11 – Programação Carnaval 2023.

**CARNAVAL**  
**VIVA**  
**2023**  
**BRUMADINHO**

**PROGRAMAÇÃO DOS BLOCOS**

| BLOCO                            | DIAS       | CONCENTRAÇÃO  |
|----------------------------------|------------|---|
| Trem de Doido (usuários do CAPS) | 16/02      | A partir de 13h, no CAPS.   |
| Cantoras do Rádio                | 17/02      | A partir de 18h, na Praça do Jota em frente ao Hashtag Bar.           |
| Quarando a Madrugada             | 18 e 21/02 | A partir de 18h, na Rodoviária.                                       |
| Swing do Bicho                   | 18 e 20/02 | A partir de 18h, em frente a Casa da Cultura.                         |
| Sociedade Alternativa            | 18 e 20/02 | A partir de 20h, em frente a Casa da Cultura.                         |
| Ex- Presidiários                 | 19/02      | A partir de 17h, no Bar do Miguelito.                                 |
| Bloco da Banda São Sebastião     | 20/02      | A partir de 20h, na rua da Sede da Banda, rua Tacilio Gomes da Costa. |

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Fonte: Prefeitura de Brumadinho, 2023.

Relações conflitivas permeiam a patrimonialização em Brumadinho, manifestando-se em disputas por espaços de existência e convivência entre a aceleração da modernização e as ações locais de descaracterização da memória. Evidentemente, o processo de releitura do patrimônio implica no envolvimento de novos instrumentos de preservação e de promoção (Fonseca, 2009). Assim,

<sup>16</sup> Ver mais em: TV SETE (Sistema Educativo de Televisão). Carnaval 2017. Publicado em 26/02/2017. 11m07s. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xMi8IyXQMUA&ab\\_channel=TVSETE-SistemaEducativoDeTelevis%C3%A3o](https://www.youtube.com/watch?v=xMi8IyXQMUA&ab_channel=TVSETE-SistemaEducativoDeTelevis%C3%A3o). Acessado em: jan. de 2024.

compreender o carnaval enquanto patrimônio local é, também, permitir a garantia do fortalecimento desses blocos, de suas histórias e memórias. Nesse sentido,

marcar o território pode significar a criação de ícones de memória favoráveis à resistência e a afirmação dos saberes locais frente aos processos homogeneizadores e globalizantes; por outro, assumir a volatilidade desse território pode implicar a construção de estratégias que favoreçam a troca, o intercâmbio e o fortalecimento político-cultural dos agentes museais envolvidos. (Chagas, 2012, P. 74).

Dessa forma, tais patrimônios imateriais supracitados permitem elucidar, ao menos parcialmente, a riqueza patrimonial que compõe a cidade e que devem passar a compor estratégias de fortalecimento sociocultural. Há de se mencionar que existe conflito mesmo entre patrimônios ditos institucionalizados, ou que passaram por inventário municipal, como foi o caso do Coreto e da Igreja de Nossa Senhora da Piedade (Silva, 2024).

Faulhaber (2018) em seu texto “Tentando uma Antropologia Operativa” entende que “[...] o processo de pesquisa como um exercício coletivo cujo objetivo consiste em detectar e sistematizar elementos explicativos da realidade numa perspectiva interpretativa” (p.81). De modo que em uma sociedade hierarquizada, não igualitária e dotada de diversas formas de poder coercitivo, há de se considerar que dentro dessa mesma sociedade há outras formas de circulação, negociação, apropriação e conflitos que coexistem nas entrelinhas das relações de poder e de seus efeitos.

Nessa trilha se depreende que é preciso subverter a ordem do que se considera patrimônio e o que se insere nas políticas patrimoniais, isso porque, essa reformulação do patrimônio seja material, seja imaterial precisa alcançar outros grupos sociais que, muitas vezes, se vêem distantes das questões dos trâmites legais, dos decretos, cartas patrimoniais, leis, dentre outros dispositivos.

Dito isto, não há patrimônio sem pessoas, e apenas as pessoas podem salvaguardar o patrimônio local, já que, como salienta Varine (2012), um patrimônio não tombado ou catalogado é pouco visível. Outrossim, para José Reginaldo Santos Gonçalves (2009):

o patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar; é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (p. 31).

O processo de uma patrimonialização afetiva é um dos caminhos possíveis para a retomada do território identitário local, resgatar e valorizar os patrimônios já institucionalizados, assim como, reconhecer outros que constituem essas comunidades, são formas de reencontro com o brumadinhense que vem sendo apagado pelos discursos associados ao rompimento da barragem.

Evidentemente, esse processo é conflituoso, a disputa é eminente no campo patrimonial, contudo, cabe encontrarmos o entre lugar dessas narrativas, é preciso sair desse “não lugar” patrimonial que nos foi imposto, seja pelo Inhotim, seja pelo rompimento, ou seja, pelos especialistas a fim de reintegrar a heterogênea comunidade de Brumadinho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os processos identitários na cidade de Brumadinho são compostas por múltiplos sujeitos, memórias e identidades retratadas a partir dos patrimônios locais. O objetivo proposto por esse artigo foi contribuir com a expansão das discussões sobre a cidade de Brumadinho, em Minas Gerais, a partir da sistematização de algumas comunidades e seus patrimônios, compreendendo, na mesma medida, a limitação temporal e espacial desse presente artigo. Nesse sentido, em termos gerais, a perspectiva parte de uma construção interdisciplinar, em que se compreende a contribuição das ciências humanas e sociais na interpretação da conjuntura brumadinhense.

**249**

Partindo desse princípio, sistematizar esse processo também é reconhecer os recortes, impossibilidades e limites de uma pesquisa, mas que abre espaço para novas discussões no campo patrimonial. A partir dessa investigação foi possível perceber essas redes de apoio, de articulação e de cuidado entre as próprias comunidades que mantêm ainda aspectos de uma cidade interiorana, ficando suas raízes do interior mesmo com os processos de urbanização, de degradação mineral ou das dissidências locais. Assim, o que fica claro para essa pesquisa é que o patrimônio de Brumadinho se faz em comunidade, são amigos, parentes, companheiros que se organizam, conversam e até, disputam, mas mantêm-se resilientes, o que permite a continuação desse trabalho de educação patrimonial informal.

Dessa forma, ousou-se visualizar um entre lugar no patrimônio local, a partir de um trabalho empírico, para evidenciar uma parte dessas memórias e histórias que não estão no Instituto Inhotim ou nas políticas de patrimônio local, onde ruas, vielas, escadinhas de estação, blocos de carnaval dentre outras expressões culturais representavam um patrimônio brumadinhense não institucionalizado e que servirá de parâmetro para o levantamento desses novos recortes patrimoniais locais.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso: 10 de dezembro de 2022.
- BRASIL. *Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000*: Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Disponível: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_n\\_3.551\\_de\\_04\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf)>. Acessado: 20 de novembro de 2022.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Portaria n. 200, de 18 de maio de 2016*: Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria\\_n\\_200\\_de\\_15\\_de\\_maio\\_de\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf). Acessado em: jan. de 2024.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). *Portaria n. 375 de 19 de setembro de 2018*: Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e das outras providências. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei\\_iphan0732090.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf). Acessado em: jan. de 2024.
- BRULON SOARES, B. *Contramuseología: El museo como dispositivo contra la gentrificación de la memoria*. *Pasajes*, 64, 2021, 35-55. Disponível em: <https://puv.uv.es/pasajes-64.html>. Acessado em: 02 out. de 2022.
- BRUMADINHO. *Lei Municipal nº 2.007 de 24 de outubro de 2013*: Dispõe sobre a criação do Centro de Memória de Brumadinho/MG e dá outras providências.
- CADAVEZ, CÂNDIDA. No princípio era o “patrimônio”: reflexões (possíveis) acerca dos significados e apropriações do patrimônio. In: MAGALHÃES, F.; COSTA, L.F; HERNÁNDEZ, F.H; CURCINO, A. *Museologia e Patrimônio – Volume 1*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2019.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do Patrimônio*. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2014.
- CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, n. 19, 2012, p. 43-81. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acessado em: 15 novembro de 2020.
- ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAULHABER, Priscila Barbosa. *Tentando uma Antropologia Operativa*, 2018, p. 79-106. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6358>. Acessado em: 2 de junho de 2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônios: Ensaio Contemporâneos*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 58-76.

FOUCAULT, Michel (1926-1984). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GASPAR, Floriana de Fátima. *Aspectos do atual processo de urbanização de Brumadinho*. Programa de Educação Tutorial – Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônios: Ensaio Contemporâneos*. 2 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

251

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2006.

JARDIM, Décio Lima. JARDIM, Márcio Cunha. *História e Riquezas do Município de Brumadinho*. Brumadinho: Prefeitura Municipal de Brumadinho, 1982.

MEIHY, José Carlos Sebe B. *Augusto e Leia: um caso de (des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. *Mídias locais, história e desenvolvimento de Brumadinho: 1910-2013*. São Paulo: DNA Digital Gráfica Eirelle, 2022.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: Considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônios: Ensaio Contemporâneos*. 2 ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 80-82.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p- 200-2012.

PONTE, António. Os modelos de gestão dos museus e do património cultural como processos de valorização patrimonial. In: MAGALHÃES, F.; COSTA, L. F.; HERNÁNDEZ, F. H.; CURCINO, A. (coords.). *Museologia e Patrimônio*, Volume 2, Leira: Instituto Politécnico de Leira, 2019, p. 37- 83.

SILVA, Letícia Peixoto. *As comunidades dentro da comunidade: conflitos patrimoniais em Brumadinho/MG*. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO/MAST), 2025, 156p

SILVA, Letícia Peixoto. *O papel dos lugares de memória: análise das narrativas identitárias dos espaços museológicos da cidade de Brumadinho - MG*. X Encontro de Pesquisa em História: Tempo, memória e reminiscência: o (re) fazer histórico e suas perspectivas, Belo Horizonte: UFMG, 2023, p. 470-480. Disponível em: [https://ufmgephis.com.br/wp-content/uploads/2024/07/Base\\_Anais\\_X\\_EPHIS\\_Final.pdf](https://ufmgephis.com.br/wp-content/uploads/2024/07/Base_Anais_X_EPHIS_Final.pdf). Acesso em: dez. 2023.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: O patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. *Revista Habitus*, Goiânia, v.4, n.1, 2006, p. 437-454.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva – volume 2*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, p. 155-186.